

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA UNASUL: os casos de Brasil e Argentina¹

Luana Silva Oliveira²

Resumo: No âmbito dos estudos de política externa, o presente artigo realiza um estudo comparado a respeito dos posicionamentos de dois atores centrais na América do Sul: o Brasil e a Argentina. Considerando a trajetória histórica da relação e apontando as dificuldades que os dois países enfrentaram, tenta-se compreender quais são as diferenças e as semelhanças entre suas atuações, durante a primeira década dos anos 2000, no que tange a integração regional. Especificamente, busca-se entender o processo pelo qual se deu a formação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) desde o viés dos interesses brasileiros e, também, da perspectiva argentina. Ao final, entende-se que a conjuntura interna, o contexto internacional e os interesses em termos de política externa foram cruciais para o desenvolvimento da integração.

Palavras-chave: política externa brasileira; política externa argentina; política externa comparada; integração regional; Unasul.

Abstract: In the context of foreign policy studies, this article makes a comparative study on the positions of two central actors in South America: Brazil and Argentina. Considering the historical trajectory of the relation and pointing out the difficulties that the two countries faced, we try to understand what are the differences and similarities between their actions, during the first decade of the 2000s, regarding regional integration. Specifically, it seeks to understand the process by which the formation of the Union of South American Nations (Unasur) has taken place from the bias of Brazilian interests, and also from the Argentine perspective. In the end, it was understood that the domestic context, the international context and the foreign policy interests were crucial to the development of integration.

Keywords: Brazilian foreign policy; Argentine foreign policy; comparative foreign policy; regional integration; Unasur.

1. Introdução

A relação Brasil-Argentina foi, desde meados do século XIX, marcada por estágios de conflitos e concordâncias em diversos âmbitos: histórico, político, econômico e comercial. As oscilações da relação bilateral podem ser observadas com maior frequência até os anos 1970, causadas pelas mudanças radicais de governos argentinos que alteravam, assim, a visão que tinha do seu vizinho, o Brasil (CANDEAS, 2010).

A partir da metade da década de 1980, com o fim dos regimes militares que perduraram em ambos os países, identifica-se um processo de intensificação da relação, apesar de seguir com alternâncias significativas de governantes. Diferentemente do momento anterior, nessa fase a essência da relação Brasil-Argentina evolui de conjuntural para estrutural, ou seja, não está mais dependente do interesse do regime político vigente ou do

¹ Artigo apresentado ao Instituto de Economia e Relações Internacionais como Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção de grau de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Haroldo Ramanzini Júnior.

² Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia.

contexto econômico vivido. Como indica Candéas (2010), a partir de 1988, os dois vizinhos sul-americanos se encontram na fase do laço bilateral pela integração e iriam atuar em prol do desenvolvimento e fortalecimento dos vínculos regionais (CANDEAS, 2010).

Com a Assinatura do Tratado de Assunção em 1991 e, conseqüentemente, com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul), a política externa do Brasil e da Argentina, e também dos outros Estados-membros³, foi direcionada para os assuntos econômicos e comerciais. O Mercosul foi responsável por aproximar ainda mais a relação bilateral entre Buenos Aires e Brasília ao ganhar “elementos de compromisso e cronograma”, como indica Saraiva (2013). Entretanto, isso não significou plena convergência entre os vizinhos, principalmente na forma de condução da integração regional. Durante os anos 2000, iniciou-se um novo processo de integração da região sul-americana, a fim de buscar, desta vez, uma maior consonância política. Com a Primeira Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul, em 2000, tem-se o princípio da configuração do regionalismo sul-americano no âmbito político e a partir desta, muitas outras seriam realizadas até a institucionalização da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) em 2008 (CANDEAS, 2010; SARAIVA, 2013).

Considerando o fato de que a proposta de criação de uma instituição política veio do governo brasileiro de Lula da Silva, em 2003, associado ao prévio histórico oscilante da relação entre Brasil-Argentina e a relevância de seus interesses nacionais para a formulação de suas políticas externas, tem-se a hipótese de que a Argentina consideraria a iniciativa regional do Brasil (proposta da Unasul) como um reflexo da sua projeção de poder na América do Sul, causando, também, certo desconforto com outros países da região. Sendo assim, surge a seguinte reflexão: quais são as diferenças entre os posicionamentos do Brasil e da Argentina com relação à institucionalização da Unasul?

Utilizando o método histórico comparativo, primeiramente será realizada uma revisão histórica da relação Brasil-Argentina com foco nas questões regionais e com intuito de obter uma visão geral a respeito da longa trajetória desses dois atores; em seguida, será realizada uma exposição acerca das políticas externas do Brasil e da Argentina durante a primeira década dos anos 2000, destacando a atuação dos líderes, quais eram os tópicos priorizados de suas agendas e como a conjuntura nacional e internacional afetavam os países; posteriormente, será retratada como se deu a condução da integração regional, ao passo que há a descrição de fatos históricos que permeiam a institucionalização da Unasul a fim de esclarecer quais foram os posicionamentos, tanto do Brasil quanto da Argentina, ao decorrer

³ A formação inicial do Mercosul se deu com Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

desse processo; por fim, será realizada uma comparação entre os pontos abordados e a conclusão do artigo.

2. Histórico sobre a relação entre Brasil e Argentina

A aproximação histórica dos países sul-americanos é datada de um passado recente. Bethell (2009) indica que, ainda no século XIX, o Brasil não era visto como parte da América Latina. Isso se dava pelo fato do país possuir diferentes características, tais quais, o seu idioma - o único falante da Língua Portuguesa em meio aos hispanofalantes -, assim como por sua diferença histórica e social - principalmente pela permanência da monarquia até 1889 - e a economia ainda baseada no tráfico negreiro. A situação da região ainda era agravada pelo surgimento de disputas por recursos naturais, territórios e influência política. Porém, ao longo do século XX, a conjuntura sul-americana se tornou mais estável e passível de possíveis alianças (BETHELL, 2009).

Um exemplo prático de relação oscilante na América do Sul pode ser observado com dois grandes atores da região: o Brasil e a Argentina. Segundo Candeas (2010), esses dois países passaram por três momentos: o de instabilidade estrutural (1810-1880); o de instabilidade conjuntural (1880-1961); e o de construção da estabilidade estrutural pela cooperação (1979-1988) e pela integração (a partir de 1988).

No primeiro estágio da relação bilateral que abrange os anos de 1810 a 1880, os pontos que dificultavam a aproximação entre os vizinhos sul-americanos estavam relacionados ao fato de o Brasil não romper com o sistema dinástico, ainda no século XIX. Isso causou a interpretação de que o país tinha intenções hegemônicas e intervencionistas na Bacia do Prata. Outro fator agravante era que Brasil não priorizava as relações com os países latino-americanos, mas sim com os Estados Unidos da América, Grã-Bretanha, Alemanha e, em geral, com outros países da Europa (BETHELL, 2009; CANDEAS, 2010).

O segundo momento elencado por Candeas (2010) teve início em 1880 e se encerra em 1961. Apesar de ser ainda uma relação bilateral instável, nesse período ela se torna conjuntural, ou seja, a depender do momento vivido por ambos os países, há pequenos ciclos de cooperação e outros de rivalidade. A relação bilateral com Buenos Aires seria guiada, até a metade do século XX, de acordo com a estratégia da cordialidade oficial⁴.

⁴ Segundo Spektor (2002), a cordialidade oficial representava a coexistência de rivalidade com iniciativas de cooperação.

Um acontecimento significativo para a cooperação na região ocorreu em 1889: a Proclamação da República do Brasil. Nessa ocasião, o país passa a ser visto de maneira positiva pelos vizinhos, pois abandona os traços monárquicos e reforça sua nova condição republicana. Outro ponto importante tange o presidente Julio Roca (1880-1886 e 1898-1904). Sua atuação foi relevante para a consolidação do território argentino. Com o Brasil, firmou o Tratado de Limites (1898) e solucionou o maior motivo da rivalidade entre os países: os conflitos territoriais. Ela agora seria travada - ainda que sem hostilidade - nas esferas militar, geopolítica e diplomática (CANDEAS, 2010).

No contexto brasileiro, o grande responsável por solucionar questões delicadas da política do país foi o Barão do Rio Branco. Primeiramente, pode-se citar que ele guiou a americanização da política externa brasileira, isso significou que a atuação brasileira no exterior não seria mais orientada pelas políticas europeias, mas sim pelos Estados Unidos - apesar de não configurar um alinhamento automático⁵. A boa relação com o país norteamericano gerou o entendimento de que o Brasil possuía o papel de *co-gendarme* na América Latina, ou seja, o Brasil seria o ator responsável por manter a ordem e a segurança na região. Essa percepção ocasionou a desconfiança dos vizinhos, principalmente da Argentina, quanto aos interesses imperialistas do Brasil no subcontinente. Contudo, a principal realização da gestão Rio Branco foi a de solucionar a questão lindeira. Ele foi o responsável por negociar com os países vizinhos os limites territoriais do Brasil e, conseqüentemente, resolveu as disputas existentes com Bolívia, Argentina, Colômbia, entre outros (CERVO, BUENO, 2002).

Rio Branco deixava evidente seu interesse à iniciativa do ABC, que se assentava no fortalecimento da confiança entre Argentina, Brasil e Chile. Ele entendia que essa era uma oportunidade de consolidar o poder da região frente ao mundo, além de promover a estabilização política da América do Sul. Todavia, inicialmente a Argentina não adere à proposta do Tratado do ABC temendo que os Estados Unidos da América não entendessem essa iniciativa de maneira positiva, ou seja, tendo desconfianças acerca das reais intenções dos três países sul-americanos. Apenas em 1915 o Tratado de Cordial Inteligência Política e

⁵ Segundo Miyamoto (2014), por alinhamento automático entende-se que seja a determinação de um governo em associar sua política externa aos interesses e políticas dos Estados Unidos.

Arbitragem (Pacto do ABC⁶) foi realmente firmado. Ainda assim, diversos problemas surgiram: a Argentina não conseguiu ratificar o Tratado por causa da oposição ao governo; e, além disso, o Pacto foi duramente criticado pelos outros países sul-americanos por considerarem que o acordo os excluiria da concertação regional (AMORIM, FELDMAN, 2012; CANDEAS, 2010).

Na década de 1930, Brasil e Argentina sofreram as consequências da “Grande Depressão” por terem modelos econômicos fundamentalmente agroexportadores. Não mais conseguindo manter as relações comerciais com as potências compradoras de commodities, nesse período, a Argentina se reaproxima do Brasil. O presidente Augustín Justo (1932-1938) realiza uma visita ao Rio de Janeiro em 1933 e essa foi a oportunidade dos Chefes de Estado estabelecerem uma nova e mais ampla agenda bilateral ao assinarem o Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação⁷. Em 1935, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, retribui a visita à Buenos Aires e, na ocasião, eles firmaram acordos comerciais e de segurança, dessa vez, deixando aberta a possível adesão de outros países sul-americanos, o que demonstra a capacidade do Brasil e da Argentina de condicionar as vias para a consolidação política e econômica da região (CANDEAS, 2010).

Após alguns planos econômicos não terem sido bem sucedidos, nos anos 1940 o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha e o chanceler argentino Enrique Guiñazú estabeleceram o Tratado de Livre Comércio Progressivo, sendo esta uma medida introdutória à constituição do Mercado Comum do Sul (Mercosul) (CANDEAS, 2010).

O período que abarca a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) teve suas peculiaridades quanto ao posicionamento do Brasil e da Argentina. Sob o governo de Getúlio Vargas, o Brasil se manteve neutro até 1942, quando rompe as relações com o Eixo e declara apoio aos Estados Unidos. A atuação brasileira foi estratégica: ao concederem as bases militares no nordeste do país aos Estados Unidos, receberia em troca o reequipamento militar. Por outro lado, a Argentina adotou uma posição neutra e sentiu a coerção econômica, política e militar vinda do governo estadunidense. Sendo assim, apenas em fevereiro e março de 1945, durante a Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e da Paz, a Argentina indica uma

⁶ Sendo um acordo de coordenação regional, o objetivo do Pacto do ABC era de produzir um caráter autonomista para a tomada de decisão na região. Desse modo, Brasil, Chile e Argentina fariam frente à influência das grandes potências no subcontinente.

⁷ É importante ressaltar o fato de que o Protocolo estabelecia a construção da ponte Uruguiana e Paso de los Libres, de 1938, que concebeu a primeira linha de acesso direta entre os dois países.

mudança no posicionamento ao declarar guerra ao Eixo e ao firmar a Ata de Chapultepec (CANDEAS, 2010; MOURA, 1996).

Em 1946, Juan Domingo Perón foi eleito presidente da Argentina tendo seu primeiro mandato até 1952. Nesse período, o governo adotou uma política nacional-desenvolvimentista. Esse fator promoveu a aspiração de que o país se tornasse uma potência militar na região, superando assim, a atuação bélica do Brasil na América do Sul. Para conter os avanços argentinos, o Brasil evitou estabelecer uma relação bilateral tão próxima e rejeitava as propostas vindas do seu vizinho, esperando que os outros países da região fizessem o mesmo (CANDEAS, 2010).

Quando no novo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), outro episódio de discordâncias pôde ser observado. Ainda na tentativa de tomar as iniciativas regionais e atuar de forma assertiva na América do Sul, Perón propôs o “novo ABC”. Entretanto, a resposta brasileira foi, novamente, de recuo à adesão das propostas argentinas. Vargas justificou mencionando as dificuldades encontradas no plano nacional, porém, entende-se que o maior motivo da recusa brasileira frente à proposta de Perón foi o fato de o Brasil não querer reforçar o protagonismo que seu vizinho vinha adquirindo frente aos países sul-americanos (HIRST, 1996).

Já na década de 1960, no governo brasileiro de Jânio Quadros e de Arturo Frondizi na Argentina, ocorreu a Cúpula de Uruguaiana (1961) que ressignificou a relação entre os dois países ao tentar superar a rivalidade histórica e também ao estabelecerem uma política de equilíbrio de poder na região sul-americana. Essa cúpula foi motivada, principalmente, pela conjuntura vivida de consonância da promoção do desenvolvimentismo nacional. Já há alguns anos, Brasil e Argentina entendiam que a questão da segurança hemisférica estava atrelada ao subdesenvolvimento e, portanto, deveriam combater juntos esse problema. Entre outras pautas estavam também as relações bilaterais e latino-americanas, intercâmbio cultural e tecnológico, comércio e relação com os Estados Unidos (CANDEAS, 2010).

Entretanto, os militares argentinos não apoiavam a proposta de Uruguaiana. Segundo Candeas (2010), eles “(...) pretendiam converter em letra morta os acordos de Uruguaiana, desfazer a aliança Brasil-Argentina e reaproximar o país dos Estados Unidos, isolando o Brasil na América do Sul e restabelecendo a política de prestígio e poder junto ao Paraguai e à Bolívia.” (CANDEAS, 2010, p.191). Além disso, outros países sul-americanos também não

apoiavam as iniciativas de Brasil e Argentina por acreditarem que a aliança entre os dois países representava um risco para a unidade latino-americana (CANDEAS, 2010).

Apesar de, novamente, Brasil e Argentina se encontrarem em uma situação de desconfiança bilateral, os dois países conseguiram convergir seus posicionamentos em alguns assuntos. Um deles é sobre o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), no qual nem o governo brasileiro e nem o argentino assinaram ao final da década de 1960. Ambos argumentaram que o Tratado continha condições em desequilíbrio, de modo que mantinha o poder das potências nucleares ao passo que estagnou o possível desenvolvimento nuclear dos outros países. No entanto, a divergência surge quando a Argentina se viu em uma situação de perda de protagonismo na América do Sul no momento em que o Brasil se encontrava em uma posição econômica melhor. Logo, sua estratégia foi conter os avanços brasileiros colocando obstáculos ao projeto de Itaipu (CANDEAS, 2010; SARAIVA, 2013).

Em um contexto interno conturbado, o governo militar que se instalou na Argentina durante o início dos anos 1970 não mais conseguia sustentar o seu “*Gran Acuerdo Nacional*”⁸ e então considerou sobre trazer Perón de volta do exílio na Espanha. O ex-Chefe de Estado argentino parecia, no momento, ser o único capaz de conter o ânimo nacional. Com uma articulação política estruturada, Perón reassumiu o poder em setembro de 1973 e tem como vice-presidente sua esposa, Maria Estela Martínez de Perón. Diferentemente dos primeiros mandatos, em seu terceiro governo Perón (1973-1974) estava “(...) mais inclinado à busca do consenso, do diálogo interpartidário e da unidade nacional (...)” (CANDEAS, 2010, p.195).

Sua política externa foi voltada para “reverter o isolamento diplomático da Argentina, promovendo a distensão nas relações com o Brasil e seus vizinhos sem “fronteiras ideológicas”.” (CANDEAS, 2010, p.196), além de atuar em busca de “recompôr o prestígio nacional e romper o isolamento regional.” (CANDEAS, 2010, p.196). A estratégia geopolítica utilizada pelos militares em relação a Bacia do Prata foi abandonada e a Argentina buscou promover suas relações bilaterais tanto com o Paraguai quanto com o Uruguai. O governo brasileiro se contrapôs ao posicionamento peronista e atentou seu vizinho, o Uruguai, no tocante às iniciativas argentinas e suas reais intenções na região. Perón faleceu logo em 1974, fato que interrompeu “(...) a tentativa de recomposição com o Brasil e a reedição do regionalismo, cuja construção efetiva conheceu na Europa.” (CANDEAS, 2010, p.196). Antes da morte do líder peronista, Brasil e Argentina encontravam-se em conjunturas

⁸ Segundo Candeas (2010), o Gran Acuerdo Nacional foi a tentativa de promover uma abertura política na Argentina em um contexto de ditadura militar.

diferentes: no momento em que Perón representava a única democracia no Cone Sul, o Brasil vivia a repressão do governo militar; já no período da volta dos militares ao poder na Argentina, o Brasil passava por um processo de abertura política.

Em 1976, por meio de um golpe militar que derrubou María Estela Martínez de Perón, Rafael Videla assumiu o poder na Argentina e expressou seu interesse em desenvolver a relação bilateral com o Brasil. No entanto, sofreu resistência de grupos militares e de ultranacionalistas que consideravam a atuação brasileira subimperialista. Em 1977, observam-se avanços no diálogo bilateral entre os dois países. Foi nesse ano em que se iniciaram as reuniões da Comissão Tripartite com o intuito de viabilizar o projeto de Itaipu e Corpus, que levariam ao Acordo Tripartite (CANDEAS, 2010).

O então Embaixador da Argentina no Brasil, Oscar Camilión, foi designado pelos militares a atuar com total liberdade para conduzir e solucionar o acordo sobre Itaipu. Ele entrevistou de forma a resgatar o “espírito de Uruguaiana”, modificando a imagem negativa que um país tinha do outro. No entanto, as questões técnicas a respeito da construção de Itaipu foram, em alguns momentos, pontos de divergência entre as comissões dos países. Porém, Ernesto Figueiredo, o último representante do governo militar no Brasil, não queria que uma “pequena questão técnica” como essa provocasse uma nova tensão com a Argentina (CANDEAS, 2010). Em outubro de 1979, Brasil, Argentina e Paraguai firmaram o Acordo Tripartite no qual ficou firmado que “(...) Itaipu pode operar com a flexibilidade necessária à sua melhor utilização até a totalidade de sua potência, mantendo, a jusante, caudais de água em parâmetros pré-determinados.” (CANDEAS, 2010, p.210).

O governo militar sob a gestão de Figueiredo (1979-1984) teve suas particularidades, principalmente no que tange a política externa brasileira que foi guiada pelos ideais do universalismo. As prioridades das relações do Brasil eram a Argentina e a América Latina. Desse modo, o início dos anos 1980 foi favorável para o entendimento entre Buenos Aires e Brasília, fazendo com que a relação evoluísse para uma situação de parceria na década seguinte. Também é válido ressaltar que a abertura política e, posteriormente, a volta de governos democráticos em ambos os países auxiliaram na estabilidade da relação bilateral. (GONÇALVES, MIYAMOTO, 1993; SARAIVA, 2013)

O terceiro momento da relação histórica entre Brasil e Argentina foi denominado, por Candeas (2010) como a “construção da estabilidade estrutural”, primeiramente, “pela cooperação (1979-1988)” e, em um segundo período, “pela integração” (a partir de 1988).

A década de 1980 foi um período no qual a confiança mútua foi reforçada. Primeiramente, pela questão nuclear. Na última década o Brasil conseguiu superar a Argentina em desenvolvimento econômico. Por outro lado, a Argentina superou o Brasil em desenvolvimento tecnológico no campo nuclear. Com isso, em maio de 1980, os então Chanceleres dos dois países mencionados assinaram o Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear. (CANDEAS, 2010)

Posteriormente, o que reforçou qualitativamente a relação Brasil-Argentina foram os quatro encontros presidenciais datados de 1980 a 1983: “Figueiredo visita Buenos Aires em maio de 1980, 45 anos após a viagem de Vargas; em agosto, Videla visita Brasília; em 1981, Figueiredo e Viola se encontram (...) e se cria grupo de trabalho sobre integração econômica; em 1983, Figueiredo se encontra com Bignone.” (CANDEAS, 2010, p.212).

Outro acontecimento que reforçou a confiança entre os dois países ocorreu em abril de 1982, quando da Guerra das Malvinas entre Argentina e Reino Unido, na qual o Brasil apoiou, sem hesitar, o governo argentino. Além do apoio durante o conflito, o Brasil também se posicionou a favor do vizinho em instâncias internacionais, tais quais Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos (OEA) (CANDEAS, 2010)

Sabe-se que a Argentina foi derrotada na Guerra das Malvinas e isso foi o suficiente para que o regime militar e as Forças Armadas argentinas perdessem sua credibilidade frente à sociedade. Dessa maneira, a democracia ganhou forças no país e eleições livres foram convocadas. Em 1983, subiu ao poder o novo presidente argentino, Raúl Alfonsín. Sua política externa se baseou na condição a qual a Argentina estava fadada naquele momento: a de um país do “Terceiro Mundo”. Logo, sua prioridade era a relação com os países latino-americanos, embora houvesse um grande desejo de reforçar o diálogo com Washington e também com os países europeus (CANDEAS, 2010).

Com a transição democrática que também ocorreu no Brasil em 1985, o desejo político era o de consolidar a relação com a Argentina, garantindo que o diálogo com Buenos Aires se configurasse em bases sólidas. Dessa forma, a atuação do Brasil foi em prol de promover políticas de interesses compartilhados e que não seriam prejudicadas por mudanças governamentais. O entendimento entre Brasil e Argentina foi firmado formalmente na “Declaração de Iguazu”, em 1985, pelos presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín. Esse fato foi de extrema importância para o desenvolvimento da relação bilateral, dado que o acordo abordou diferentes pontos, tais quais, o fortalecimento da integração no âmbito sul-americano;

o favorecimento das relações comerciais; a cooperação tecno-científica, especialmente no campo nuclear; e a atuação política consensual para promover um maior grau de capacidade de negociação (CANDEAS, 2010).

Em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento foi assinado e a estabilidade da relação bilateral ascende qualitativamente ao passar do nível de cooperação para o de integração. Segundo Candeas (2010), a assinatura desse Tratado: “consagra os princípios de gradualismo, flexibilidade, equilíbrio e simetria para a formação de um espaço econômico comum entre os dois países, com vistas a permitir a adaptação das sociedades e empresas às novas condições de concorrência e legislação econômica.” (CANDEAS, 2010, p. 218). Definiu-se um prazo de no máximo dez anos para a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio.

Diferentemente do que aconteceu décadas atrás, no caso do Pacto ABC, no fim dos anos 1980 os outros países sul-americanos não enxergaram negativamente a concertação política do Brasil e da Argentina. Pelo contrário, eles estavam interessados em aderir ao movimento integracionista que se fortalecia na América do Sul.

Em 1989, as eleições presidenciais argentinas levam Menem ao poder. Durante os anos seguintes, ele tentou combater a crise econômica e política que estava instaurada no país por meio de medidas neoliberais norteadas pelo Consenso de Washington. Em 1995, conseguiu se reeleger. A política externa “menemista” representou uma guinada quando comparada a de seu antecessor, Alfonsín. Durante o primeiro mandato, a política externa foi basicamente um instrumento de consolidação de alianças internacionais para garantir a melhoria das questões domésticas. Além disso, o Chanceler Guido Di Tella (1991-1999) declarou que, com os Estados Unidos, a Argentina estabeleceria uma relação do tipo “carnal”, indicando um alto nível de proximidade de suas políticas e ideais. Houve modificação em temas como Atlântico Sul, América Central e Caribe e Movimento Não Alinhado. Porém, a relação Brasil-Argentina permaneceu estável, isso se deveu muito ao fato de que havia uma convergência política e ideológica entre Menem e, o então presidente brasileiro, Fernando Collor de Mello. O diálogo entre os dois era tão favorável que, em 1990, eles assinaram a Ata de Buenos Aires, na qual se estabeleceu a priorização de uma área de livre comércio e a criação de um Mercado Comum até o final de 1994. Uruguai e Paraguai se associaram a esse plano (ABRI, 2011; SARAIVA, TEDESCO, 2001).

A configuração dessa área de livre comércio se deu em 1991 com a Assinatura do Tratado de Assunção, guiando a política externa do Brasil e da Argentina - além dos outros Estados-membros - a priorizar os assuntos econômicos e comerciais da região com a criação do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Segundo Saraiva, “com a institucionalização do bloco, a cooperação entre os dois países, em algumas dimensões, ganhou elementos de compromisso e de cronograma” (SARAIVA, 2013, p.230). Contudo, isso não significou um caminho de plena convergência política, fato que pôde ser observado com outra tentativa de integração regional observada na década seguinte (CANDEAS, 2005; SARAIVA, 2013).

Em 1999, Fernando de la Rúa assumiu a presidência argentina, posto ao qual permaneceu por dois anos. A conjuntura interna no país enfrentava diversas dificuldades, entre elas, o consenso político. Associada a uma economia desestabilizada, a Argentina não teve alternativa a não ser adotar medidas austeras. No âmbito externo, de La Rúa voltou as relações argentinas para: a integração política e econômica na América do Sul; o financiamento da paz e da segurança internacional; e a democratização do sistema internacional, e para o governo, a ONU seria melhor esfera para se ter negociações e debates internacionais democráticos e multilaterais. Porém, com o acirramento da crise, De La Rúa e seu Ministro, Domingo Cavallo, entenderam a necessidade de priorizar as relações com os países desenvolvidos, a fim de ganhar algum apoio que pudesse auxiliar na solução do seu problema econômico (BERNAL-MEZA, 2002; CANDEAS, 2010).

Durante os anos 2000, a Argentina observava a ativa atuação brasileira em torno da questão da integração sul-americana e então tentava, de maneira passiva ou ativa, estabelecer uma resistência aos projetos do Brasil. Um exemplo foi na Reunião de Chefes de Estado da América do Sul, em 2000, sendo esta o gérmen do que viria a se tornar a União de Nações Sul-Americanas (Unasul).

Para compreender o processo pelo qual se deu a institucionalização da Unasul, é necessário observar os posicionamentos do Brasil e da Argentina durante a primeira década dos anos 2000. Logo, serão analisadas suas respectivas políticas externas por meio da comparação da atuação dos líderes (ênfase nos governos Lula da Silva e Néstor Kirchner); da conjuntura interna pela qual passavam; e, também pelo contexto internacional vivido.

3. Os anos 2000: política externa, conjuntura histórica e lideranças

3.1. Caso brasileiro

Da metade da década de 1990 a 2002 a presidência brasileira foi ocupada por Fernando Henrique Cardoso (FHC). Durante seus dois mandatos a política externa brasileira foi guiada pela lógica da autonomia pela integração. Em um ambiente de fortalecimento da globalização e, por consequência, dos países centrais (a mencionar, Estados Unidos e Estados europeus), o Brasil não se via em condições tão favoráveis e precisou atuar “no limite do próprio poder, articulado com o interesse de outros estados e forças, o de redirecionar e reformar o ambiente, buscando a possibilidade de participação nos assuntos internacionais por meio da elaboração de regimes mais favoráveis aos interesses brasileiros” (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003, p.34).

Para isso, a diplomacia presidencial foi um dos pilares para reforçar o papel do Brasil no cenário internacional. FHC passou a tratar, com ênfase, de temas sensíveis tais quais os direitos humanos, povos indígenas, meio ambiente e narcotráfico. Concomitantemente, buscava desenvolver e fortalecer as relações bilaterais do Brasil em prol de afirmar sua posição de *global player* e *global trader*. Em suma, o Itamaraty juntamente ao presidente orientava a política externa de maneira estratégica, a fim de manter as possibilidades de negociação e diálogo que convergissem com os interesses nacionais (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003).

No governo de FHC as relações regionais se fortaleceram. A temática do Mercosul era central na agenda internacional do país, contudo as discussões não ficaram restritas ao plano econômico. No sentido de manter uma atuação ativa, o presidente convocou, em agosto de 2000, a I Reunião de Chefes de Estados da América do Sul. A Ata da Reunião traz que “a sua realização resultou na convicção de que a contiguidade geográfica e a comunidade de valores conduzem à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, em complemento a seu tratamento em foros regionais e internacionais”⁹ (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS, 2000, p.1, tradução própria). Ademais, a Ata da Reunião também aborda o fato de que os Presidentes sul-americanos entenderam a importância de promover um diálogo político entre os países do Mercosul, da Comunidade Andina (CAN) e do Chile, afinal, a construção de uma identidade regional - árdua de ser construída - era

⁹ No original: “Su realización resultó de la convicción de que la contigüidad geográfica y la comunidad de valores conducen a la necesidad de una agenda común de oportunidades y desafíos específicos, en complemento a su tratamiento en otros foros regionales e internacionales” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2000, p.1)

essencial para a consolidação e fortalecimento dos objetivos políticos, econômicos, comerciais, de infraestrutura, de combate às drogas, de conhecimento e de tecnologia dos países sul-americanos (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS, 2000; VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Essa primeira reunião entre os Chefes de Estado Sul-Americanos seria um gatilho para a continuação da política externa do próximo presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu o cargo em 2003 e, que colocou à frente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Celso Amorim¹⁰. As iniciativas para o fortalecimento regional seriam ainda mais intensificadas com Lula da Silva, pois, assim como na gestão anterior, entendia-se que manter uma atuação ativa - traduzida na capacidade de negociação em instâncias multilaterais além da região sul-americana - seria a forma de defender os interesses nacionais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

A política externa de Lula da Silva possuía, basicamente, três pilares: o primeiro foi a diplomacia econômica, ou seja, a estratégia pela qual se buscava reforçar os canais de negociação com os países desenvolvidos em prol da conquista de investimentos, trocas tecnocientíficas e, também, a flexibilidade para a negociação de dívidas externas. A segunda estratégia se baseou na diplomacia política traduzida na reafirmação dos interesses nacionais no plano internacional através de uma diplomacia ativa e altiva, associada a abertura de embaixadas no continente africano e asiático, ampliando o corpo diplomático brasileiro e, também, garantindo uma maior autonomia ao Itamaraty. A terceira via diplomática era o desenvolvimento de programas sociais pelo qual as políticas domésticas surpreenderam a comunidade internacional ao tentar diminuir a desigualdade social, diminuir o nível de desemprego, controlar as contas públicas e combater a fome (VIZENTINI, 2002).

Sobretudo, a política externa do presidente Lula da Silva estava bastante alinhada à cartilha do Partido dos Trabalhadores (PT) e seguiu a lógica da autonomia pela diversificação que buscava “influenciar a agenda de regimes internacionais por meio de coalizões de países em desenvolvimento buscando aumentar o poder de barganha nas negociações com os países desenvolvidos” (RAMANZINI JÚNIOR, 2010, p.68). Posto de outra forma, a preferência de alianças seria com os parceiros do Sul. Não apenas da América do Sul, mas do Sul global, ou seja, com os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento para que, conjuntamente, eles

¹⁰ Celso Amorim foi Ministro de Relações Exteriores do Brasil no governo de Itamar Franco, de 1993 a 1995, e nos dois governos de Lula da Silva, de 2003 a 2010.

possuísem poder de barganha suficiente para confrontar os anseios políticos dos países desenvolvidos (ALMEIDA, 2004; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

A prioridade do governo era então garantir parcerias estratégicas para prover os interesses nacionais. Para isso, o Mercosul e a integração sul-americana tiveram um papel central. O governo de Lula da Silva, ainda na sua primeira gestão, se interessou pelo desenvolvimento econômico dos seus vizinhos e buscou promover a estabilidade política na região por meio da consolidação de uma instituição multilateral que não estivesse pautada apenas na questão econômica e comercial, pois para isso já havia o Mercosul. A iniciativa brasileira surgiu no sentido de criar e consolidar uma instituição de caráter político formada pelos países sul-americanos (ALMEIDA, 2004).

Nesse sentido, a pauta de integração política ganha força devido a um movimento que ocorria concomitantemente na América Latina. Conhecido como Onda Rosa¹¹, políticas neoliberais adotadas nos anos 1990 foram ignoradas, rejeitando as orientações de Washington. Do mesmo modo, não fazia sentido promover um regionalismo pelas vias do regionalismo aberto. Com isso, percebem-se algumas iniciativas que, sobretudo, reforçavam o ideal de promover um regionalismo pensado fora da influência e dos moldes estadunidenses e que, de fato, fosse elaborado em prol das necessidades latino-americanas (SANAHUJA, 2012; SILVA, 2010).

3.2. Caso argentino

As reformas estruturais da década de 1990, associadas à recessão econômica e a instabilidade política levaram a Argentina a enfrentar uma de suas piores crises em 2001. Néstor Kirchner assumiu a presidência em 2003 e, ao tentar restabelecer a situação interna do país, rompeu com o modelo econômico neoliberal instaurado na década anterior. Para isso, o presidente propôs um projeto de nação com políticas progressistas, com um modelo de produção baseado na reindustrialização do mercado interno e, no campo social, buscou melhorar as condições de vida da população com investimentos em infraestrutura, saúde e educação. Em termos técnicos, a proposta kirchnerista era criar um “modelo de acumulação com matriz diversificada e inclusão social” (GRANATO, ALLENDE, 2013).

¹¹ Segundo Silva (2010), a Onda Rosa foi um movimento de simultânea ascensão de partidos políticos de esquerda na América do Sul durante a primeira década dos anos 2000.

Um dos maiores, ou senão, o maior impasse enfrentado pela Argentina era a dívida externa. Em 2003, foi-se declarado o *default*, fato que prejudicou muito os dois primeiros anos de governo de Néstor. Apenas em 2005 o país conseguiu se comprometer novamente ao pagamento quando houve a troca da dívida. Resolvendo sua situação com a maior parte dos credores e, principalmente, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Argentina iniciou uma fase de prosperidade, a qual se observava o desenvolvimento do setor produtivo ao passo que ocorria a integração social do país. Houve significativo aumento do consumo, elevação dos níveis de investimento, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), controle das contas públicas e saldos positivos que viabilizaram os pagamentos internacionais (GRANATO, ALLENDE, 2013).

Um instrumento de bastante importância para o desenvolvimento econômico argentino durante os governos de Néstor Kirchner foi a política externa, sendo essa a responsável por promover uma diplomacia estratégica que reposicionaria o país no cenário internacional após a crise. Ela ficou incumbida de mediar a questão do desendividamento externo do país, pois ao solucionar esse problema, a Argentina teria maior possibilidade de atuar de maneira afirmativa no plano internacional e, com isso, possuiria poder de barganha o suficiente para firmar o modelo desenvolvimentista do país (CREUS, 2010; GRANATO, ALLENDE, 2013).

De modo contrário ao Menem, o então presidente não manteve a relação bilateral com os Estados Unidos ao “nível carnal”, apesar de declarar que o vínculo com o governo estadunidense se manteria “sério, amplo e maduro” (CASA ROSADA, 2003). Em seu discurso de posse, Kirchner declara que “Apoiadores em relação à política global do multilateralismo como nós somos, não se devem esperar de nós alinhamento automático, mas relações sérias, maduras e racionais que respeitem as dignidades que os países têm.”¹² (CASA ROSADA, 2003, tradução própria). Além disso, o presidente reiterou os princípios que nortearam a história da política externa argentina, sendo estes “o respeito, a promoção dos direitos humanos, a democracia, a vigência do direito internacional, o multilateralismo, a procura de consensos, a não intervenção nos assuntos internos de outros Estados e a solução pacífica de conflitos.” (GRANATO, ALLENDE, 2013, p.143).

O governo Kirchner entendia que a integração regional sul-americana era um fator essencial para garantir uma consonância de vozes nos foros multilaterais e na arena internacional frente aos países desenvolvidos. A união da periferia mundial - ou parte dela -

¹² No original: “Partidarios hacia la política mundial de la multilateralidad como somos, no debe esperarse de nosotros alineamientos automáticos sino relaciones serias, maduras y racionales que respeten las dignidades que los países tienen.” (CASA ROSADA, 2003).

era vista e entendida, pelo presidente argentino, como um instrumento de poder, pois ele acreditava que essa era uma forma da periferia mundial influir ativamente nos regimes internacionais. Dessa maneira, Néstor Kirchner assegurou que a prioridade da política externa argentina “seria a construção de uma América Latina politicamente estável, próspera, unida, com bases nos ideais da democracia e da justiça social.”¹³ (CASA ROSADA, 2003, tradução própria). Ademais, segue reforçando a importância do Mercosul para a integração latino-americana ao declarar que:

“O Mercosul e a integração latino-americana devem ser parte de um verdadeiro projeto político regional e nossa aliança estratégica com o Mercosul, que deve aprofundar outros aspectos institucionais, que deve acompanhar a integração econômica e ser ampliada para incluir novos membros latino-americanos, estará entre os primeiros pontos da nossa agenda regional.”¹⁴ (CASA ROSADA, 2003, tradução própria).

Com isso, observa-se que a instituição comercial sul-americana possuía bastante relevância para o presidente e que suas ações seriam destinadas ao seu fortalecimento institucional. Acreditava-se que ao reforçar a atuação do bloco perante a esfera internacional, o país teria maior poder de negociação com outros Estados, visto que a região era uma “fonte” de recuperação do poder argentino. Isso se dava porque ao utilizar a política externa como impulsora dos planos nacionais, a Argentina conseguiria desenvolver seus projetos internos ao passo que conquistava mercados, fortalecia sua economia e reduzia sua dependência externa. Para mais, diferentemente de Lula da Silva que atuava em prol de uma união sul-americana, Kirchner ansiava por uma integração “latino-americana”, ou seja, com um escopo maior, no qual há a inclusão de um notável ator para a balança de poder regional: o México (CREUS; 2010; GRANATO, ALLENDE, 2013).

O que Rafael Bielsa, o então *Ministro de las Relaciones Exteriores y Culto*, apontava em seu discurso era a importância da Argentina se alinhar com outros Estados que possuíssem semelhanças em termos de política externa. Desse modo, o Ministro entendia que a atuação em consonância dos países - nesse caso, latino-americanos - seria uma ferramenta de enfrentamento às políticas recomendadas pelos Estados Unidos. O governo compreendia que o cenário era de interdependência crescente e que, somente com associações estratégicas

¹³ No original: “Nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América Latina politicamente estable, próspera, unida, con bases en los ideales de democracia y de justicia social.” (CASA ROSADA, 2003).

¹⁴ No original: “EL MERCOSUR y la integración latinoamericana, deben ser parte de un verdadero proyecto político regional y nuestra alianza estratégica con el MERCOSUR, que debe profundizarse hacia otros aspectos institucionales que deben acompañar la integración económica, y ampliarse abarcando a nuevos miembros latinoamericano, se ubicará entre los primeros puntos de nuestra agenda regional.”

consolidadas, a América Latina teria maior poder de voz e poderia atender melhor aos verdadeiros interesses da região: a superação da miséria e da injustiça (GRANATO, ALLENDE, 2013).

Em 2008, já no governo de Cristina Fernández Kirchner, observa-se a continuação das linhas gerais da política externa anterior iniciada em 2003. No entanto, a estabilidade econômica se viu afetada: internamente, o governo Fernández sentiu uma crise vinda do setor agropecuário, a qual afetou a política comercial externa, desarticulando o modelo desenvolvimentista, afinal, o setor agroexportador era um dos maiores vetores econômicos da Argentina no período. Externamente, a crise financeira internacional do *subprime* estadunidense ganhou força e suas consequências na América Latina foram observadas um ano depois, em 2009, com a queda dos preços internacionais das commodities, afetando diretamente as economias primárias do subcontinente¹⁵, entre elas, a Argentina. Para tentar amenizar os efeitos da crise, a Argentina continuou adotando uma postura participativa no cenário internacional, apostando no discurso em prol do multilateralismo e ressaltando a importância das instituições internacionais (GRANATO, ALLENDE, 2013).

4. A integração regional (2003-2008)

4.1. Brasil

Como posto anteriormente, durante os governos de FHC as questões regionais ganharam maior relevância em termos de política externa. Isso advém, por exemplo, do entendimento de que o Mercosul poderia ser uma ferramenta capaz de aumentar a capacidade de atuação brasileira frente aos regimes internacionais. Posto de outra forma, a instituição sul-americana fortaleceria o posicionamento do Brasil nos fóruns multilaterais, a ponto de possuir poder de barganha e, dessa forma, negociar em prol dos interesses nacionais e regionais. A exemplo, o Mercosul e a União Europeia iniciaram a discussão acerca da instauração de uma área de livre comércio entre eles. Além disso, as discussões com outros países (China e Índia), que se tornariam parceiros comerciais, também avançaram (LAMPREIA, 1999).

¹⁵ Segundo o Banco Mundial, o PIB da Argentina em 2008 resultou em, aproximadamente, 362 bilhões de dólares, em 2009, com os efeitos da crise, o PIB cai para, aproximadamente, 333 bilhões de dólares. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=AR&start=2000>> .
No caso do Brasil, o PIB em 2008 era de 1 trilhão 696 bilhões de dólares, em 2009, caiu para 1 trilhão 667 bilhões de dólares. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2010&locations=BR&start=2000&view=chart>> .

O governo brasileiro entendia a importância de seguir atuando com significativa coordenação frente à região, pois, dessa forma, o país conseguiria expandir e consolidar seu poder de negociação em fóruns multilaterais e até em outros continentes. Contudo, a “liderança brasileira” era por vezes questionada pelos outros Estados sul-americanos, principalmente pela Argentina, que observava a iniciativa do vizinho com certa desconfiança (VIGEVANI, OLIVEIRA, CINTRA, 2003).

Observa-se o envolvimento do governo brasileiro para, dessa vez, concretizar os planos sobre a intensificação do vínculo sul-americano. Sendo assim, durante a III Reunião de Chefes de Estado da América do Sul em dezembro de 2004 ocorreu a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), instituição que seria o início da ideia de formação da futura União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Desta reunião resultou o documento conhecido como Declaração de Cuzco, o qual traz que, apesar de existir uma pluralidade de povos e cultura, os doze países da região (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela) tinham como propósito construir uma identidade sul-americana e compartilhar valores comuns. Além disso, tinha-se o plano de avançar nos âmbitos políticos, democrático, social - com a influência de Lula trazendo a pauta do combate à fome e à pobreza para o cenário internacional - de educação e de infraestrutura. Entendendo que com o papel de líder também vinha a responsabilidade de arcar com alguns custos, o Brasil entra com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sendo uma fonte de recursos para o financiamento de projetos da CASA (CASA, 2004; VIGEVANI, CEPALUNI, 2007).

A I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações foi realizada em setembro de 2005 em Brasília. A ata de reunião traz que a agenda prioritária da CASA tem base na integração física, no meio ambiente, na integração energética, nos mecanismos financeiros sul-americanos, nas assimetrias, na promoção de coesão social; na inclusão social e da justiça social, e das telecomunicações. Durante seu discurso, Lula da Silva expôs a importância da democracia para o avanço das metas propostas; assim como ressaltou a necessidade de assumir o que foi proposto em Cuzco; também destacou os progressos obtidos pela região em termos comerciais, econômicos e de infraestrutura nos últimos anos, ressaltando as melhorias adquiridas, por exemplo, a geração de emprego e renda para a população e, conseqüentemente, uma redução dos níveis de pobreza. Evidenciou ainda o fato de que o Brasil investiria em pelo menos um projeto de cada país sul-americano, acentuando a significativa participação brasileira. Destarte, Lula frisou a relevância da

instituição para a região de modo a garantir a continuação da participação dos outros Estados-membros (CASA, 2005; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2005).

Em 2006 ocorreu a II Reunião de Chefes de Estado da CASA e dela se originou a Declaração de Cochabamba. O documento aborda que, para fomentar um novo cenário internacional, deve haver políticas voltadas para os países que foram prejudicados pelo processo de globalização. Por esse motivo, as iniciativas da CASA seriam pensadas de forma plural, defendendo as diferenças e a diversidade de cada nação, ao passo em que entendem a importância da integração regional, pois “(...) a integração regional surge como um elemento indispensável de realização de nossos projetos nacionais de desenvolvimento, possibilitando a cooperação sul-americana em todos os níveis”¹⁶ (CASA, 2006, p.1, tradução própria). Ademais, a Declaração de Cochabamba trouxe o planejamento da instituição, ou seja, tratou sobre as reuniões que deveriam ocorrer, assim como as Comissões e Secretarias existentes (CASA, 2006).

Em seu discurso durante a abertura da II Reunião, Lula da Silva declarou que “O mundo atual é cada vez mais complexo e competitivo. Não há espaço para o isolamento.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.2). Reforçando, então, a importância da atuação em conjunto e da relevância que a integração possui. Ao mencionar a participação dos países da América Latina em fóruns internacionais, o presidente brasileiro afirmou que “O fortalecimento de nossa coesão ampliará nosso peso negociador e nossa capacidade de inserção internacional.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006, p.3). Com isso, percebe-se que a ideia de fomentar, primeiramente, posicionamentos comuns na região era de suma importância para o Brasil, visto que esse poderia ser um meio de ganho de força em negociações extrarregionais, afinal, o bloco estaria articulado para barganhar conjuntamente. Lula da Silva continua seu discurso abordando estatísticas que tratam sobre o fator econômico da América do Sul, ressaltando o quanto a economia e comércio da região era relevante para cada país e também frisa a necessidade de fazer mais investimentos na infraestrutura sul-americana (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2006).

Já em 2007, durante a I Reunião Energética da América do Sul na Venezuela, todos os Estados-membros acordaram em, finalmente, concretizar a institucionalização de um organismo político sul-americano. Em maio do ano seguinte, em Brasília, os doze países sul-americanos assinaram o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas,

¹⁶ No original: “(...) la integración regional surge como un elemento indispensable de realización de nuestros proyectos nacionales de desarrollo, posibilitando la cooperación sudamericana a todos los niveles.” (CASA, 2006, p.1).

institucionalizando, assim, um espaço de concertação política da região. Sendo o anfitrião dessa Reunião, Lula da Silva tratou em seu discurso que “Com este Tratado Constitutivo, a América do Sul ganha estatuto de ator global. Estamos superando a inércia e as resistências que, ao longo de 200 anos de vida política independente, impediram que trilhássemos juntos o caminho da unidade.” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

Destarte, pelas ações do governo brasileiro ao convocar reuniões para a discussão da criação de uma instituição política regional, somadas aos discursos do presidente Lula da Silva, percebe-se o empenho do Brasil em promover tal institucionalização.

4.2. Argentina

Durante o discurso de posse do então presidente, Néstor Kirchner, em 2003, ele pontua a importância que a integração regional teria para o seu governo:

“Nossa prioridade em política externa será a construção de uma América Latina politicamente estável, próspera, unida, com bases nos ideais de democracia e justiça social. (...) O Mercosul e a integração latino-americana devem ser parte de um verdadeiro projeto político regional, nossa aliança estratégica com o Mercosul deve se aprofundar para outros aspectos institucionais que devem acompanhar a integração econômica e ampliar abarcando novos membros latino-americanos, estes são os primeiros pontos da nossa agenda regional.”¹⁷ (LA NACIÓN, 2003, tradução própria).

Nota-se que o presidente destacou a relevância do Mercosul para a Argentina, ressaltou a necessidade de aprofundar o escopo da instituição e, também, de promover seu alargamento (no sentido da América Latina). O Mercosul seria um instrumento de alcance dos objetivos internos do país, visto que a política externa era uma ferramenta de conquista dos interesses nacionais, principalmente voltados para o desenvolvimento do âmbito econômico e comercial. Concomitantemente, entendia o fortalecimento do vínculo regional em um panorama latino-americano, não restringindo as relações apenas com seus vizinhos sul-americanos. Enquanto o Brasil queria se mostrar como um país “naturalmente” sul-americano, a Argentina não se sentia parte genuína da América do Sul, mas sim da América Latina, era a esse recorte regional ao qual Buenos Aires se sentia pertencente. Ainda assim, o governo

¹⁷ No original: “Nuestra prioridad en política exterior será la construcción de una América latina politicamente estable, próspera y unida con base en los ideales de democracia y justicia social. (...) El Mercosur y la integración latinoamericana deben ser parte de un verdadero proyecto político regional. Nuestra alianza estratégica con el Mercosur, que debe profundizarse hacia otros aspectos institucionales que deben acompañar la integración económica, y ampliarse abarcando a nuevos miembros latinoamericanos, se ubicará entre los primeros puntos de nuestra agenda regional.” (LA NACIÓN, 2003)

argentino tinha o interesse de continuar fortalecendo as relações bilaterais com o Brasil (LA NACION, 2003; NOLTE, COMINI, 2016).

Ainda em 2003, no primeiro ano de governo tanto de Lula da Silva quanto de Néstor Kirchner, os líderes reafirmaram a aliança estratégica entre Brasília e Buenos Aires em um documento conhecido como Consenso de Buenos Aires. É válido ressaltar que a boa relação entre os dois Estados durante esse período era reconhecida pela similaridade ideológica dos presidentes, assim como de suas origens partidárias. Dessa forma, entendia-se que seus posicionamentos internacionais seriam, na maioria das vezes, convergentes e que uma liderança compartilhada seria observada. No entanto, apesar das diversas posições similares, alguns episódios colocaram em pauta as divergências de interesses entre os dois países, de modo a observar que nem todas as estratégias nacionais estavam “sintonizadas” (MIRANDA, 2015).

Visto que o principal interesse argentino para a região se centrava no fortalecimento do Mercosul, percebe-se que há uma divergência com os interesses e prioridades do Brasil. As iniciativas brasileiras acerca da criação de um espaço de concertação política na região não foram bem vistas inicialmente pelo presidente argentino. Somado a esse fato, o interesse do Brasil em buscar uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU) também foi visto com desconfiança por parte do governo argentino e considerado, por Rafael Bielsa como elitista e pouco democrático. A questão é que a Argentina acreditava que tais ações vindas de seu vizinho, de certo modo, guiavam o Brasil para uma posição de líder sul-americano. Além disso, tirava o foco do aprofundamento do Mercosul, o que, de certo modo, inviabilizava a concretização dos interesses argentinos em torno do desenvolvimento econômico nacional (SIMONOFF, 2009).

Sendo assim, em 2004 durante a III Reunião dos Chefes de Estado da América do Sul realizada em Cuzco, na qual se deu as bases para a criação da CASA, Néstor Kirchner não compareceu. Sua ausência foi considerada uma demonstração de não concordância com a direção pela qual a integração regional se dava. Para o governo argentino a institucionalização de uma esfera política regional ainda carecia de propostas que visavam resultados concretos. Ademais, era necessário, primeiramente, superar os problemas institucionais do Mercosul. Os representantes argentinos não estavam interessados em nenhuma proposta que necessitasse realizar compromissos firmes a nível político e institucional. Não obstante, Kirchner acreditava que a criação da CASA seria outra forma de o Brasil evidenciar ainda mais seu

protagonismo regional por não incluir o México (CEPIK, SILVA, 2011; NOLTE, COMINI, 2016; SIMONOFF, 2009).

Do mesmo modo e com o objetivo de reduzir a influência de Brasília, Kirchner se opôs ao seu vizinho quanto à busca pela vaga permanente no CSNU, fazendo com que Lula da Silva recorresse a apoios em outros eixos, por exemplo, a Venezuela. Em vista de fortalecer o posicionamento argentino, Kirchner entendia que a relação com o México tinha grande relevância, pois os dois países faziam parte de um grupo conhecido como Coffee Club que, segundo Simonoff (2009), debatiam acerca de manter a discussão sobre o futuro da reforma do Conselho; apoiar um critério democrático; apoiar o regionalismo; propiciar mecanismos para que a reforma fosse feita pelas vias do consenso e não pela imposição das potências; e elaborar um documento conjunto. Dessa forma, Argentina e México propuseram que houvesse uma banca rotativa regional a cada quatro anos (SIMONOFF, 2009; VIGEVANI, CEPALUNI, 2007).

Ainda buscando conter a iniciativa diplomática brasileira, a Argentina se aproximou da Venezuela com o intuito de estabelecer um pólo de condução sub-regional entre eles e o Brasil. Dessa forma seria possível contrabalancear a liderança brasileira por meio de uma atuação conjunta dos três países. A relação Argentina-Venezuela se fortaleceu, visto que durante o governo Kirchner 52 tratados bilaterais foram firmados, assim como houve o aumento das trocas comerciais entre os dois países. Ademais, vale ressaltar que desde a crise argentina de 2001, a Venezuela apoiou financeiramente o país (CEPIK, SILVA, 2011; MIRANDA, 2015).

Durante a I Reunião de Cúpula dos Países Árabes e Sul-Americanos, em 2005, Kirchner declarou que “(...) Não posso deixar de mencionar a ação conjunta de muitos dos nossos países nas esferas multilaterais, onde percebemos que a maneira como podemos influenciar uma evolução favorável dos termos de troca só é viável por meio de nossa ação coordenada e conjunta.”¹⁸ (CASA ROSADA, 2005, tradução própria). Em seu discurso, percebe-se que o presidente reforça a ideia de que, para haver sucesso, a atuação em prol dos interesses regionais deve ser feita de forma simultânea, coexistente. Em outras palavras, o que era observado por eles como “liderança brasileira” não era dado como certo, visto que as ações deveriam ser de todos os países. Desse modo, o governo argentino entendia o fato de

¹⁸ No original: “(...) No puedo dejar de mencionar la acción conjunta de muchos de nuestros países en los ámbitos multilaterales, donde hemos notado que el modo de poder incidir en una evolución favorable de los términos de intercambio solo es viable a través de nuestra acción coordinada y conjunta.” (CASA ROSADA, 2005)

que “(...) Um multilateralismo ativo pode contribuir para combater as graves assimetrias existentes e permitir que os diferentes Estados gerem condições propícias para o desenvolvimento, em um marco de respeito às diferenças e de colaboração.” (GRANATO, ALLENDE, 2013, p.145).

Em 2008, como visto anteriormente, a Argentina foi afetada pela crise financeira que gerou uma queda nos preços dos produtos agropecuários, gerando um desconforto econômico para o país que tentava se estabelecer desde 2003. Estando em um cenário instável, a Argentina compreendia que não teria relevância suficiente para atuar de forma unilateral na região e, ainda menos, no mundo. Sendo assim, entende-se que a Argentina “aceitou” a iniciativa brasileira, para a institucionalização da Unasul, a fim de evitar um processo de enfraquecimento do papel político argentino tanto no cenário sul-americano, quanto no cenário extrarregional. Apesar de acreditar que o Mercosul seria o meio pelo qual a Argentina poderia “desenvolver um jogo cooperativo, de soma positiva, capaz de alcançar certa influência na balança mundial”¹⁹ (BIELSA, 2005, p. 135, tradução própria), o governo argentino, nesse momento representado por Cristina Fernández, optou por concretizar a ideia brasileira e, finalmente, em maio de 2008, os doze países sul-americanos assinaram o Tratado Constitutivo da Unasul²⁰ (BIELSA, 2005; NOLTE, COMINI, 2016).

5. Comparação dos casos (2003 - 2008)

Com o intuito de estabelecer de forma mais clara as diferenças e semelhanças entre o Brasil e Argentina durante o período de 2003 a 2008, essa seção será destinada a comparar elementos importantes que auxiliam a entender o processo de institucionalização da Unasul. Sendo assim, a conjuntura interna e externa dos países, suas políticas externas e a forma como conduziram a integração regional terão especial atenção.

¹⁹ No original: “(...) desarrollar un juego cooperativo, de suma positiva, capaz de alcanzar cierta influencia en la balanza mundial.” (BIELSA, 2005, p.135).

²⁰ Tratado Constitutivo da Unasul. Disponível em:
<http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_UNASUL/TRAT_CONST_PORT.pdf>.

Quadro 1: Comparação da relação bilateral Brasil-Argentina: conjuntura, política externa e integração regional (2003-2008)

	BRASIL	ARGENTINA
Conjuntura nacional e internacional	<ul style="list-style-type: none"> - Movimento Onda Rosa na América Latina; - 2003: PT assume o governo, clima político inicialmente instável; - Ao longo da década, observam-se avanços econômicos e sociais; - Agroexportação beneficiada pelo aumento dos preços internacionais de commodities; - 2008: crise financeira internacional, afeta as economias periféricas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Afastamento das políticas neoliberais adotadas nos anos 1990; - Em 2003, tem-se uma Argentina fragilizada pelos efeitos da crise de 2001; - Implementação de políticas desenvolvimentistas, com diversificação da produção e inclusão de pautas sociais; - Melhoria da questão do endividamento externo com o auxílio da política externa e melhoria das contas internas; - Em 2008, Argentina fica receosa com os futuros efeitos da crise financeira internacional.
Política Externa	<ul style="list-style-type: none"> - Ativa atuação internacional; - Forte diplomacia presidencial (Lula da Silva); - Lógica da autonomia pela diversificação; - Pluralidade de alianças; - Atuação em três frentes: econômica; política; e de programas sociais; - Prioridade: integração regional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Entendida como instrumento de desenvolvimento econômico e da solução financeira do país; - Apoio ao multilateralismo e às instituições internacionais; - Reitera os princípios da política externa argentina; - Integração regional vista como parte importante da estratégia dos países periféricos.
Integração regional	<ul style="list-style-type: none"> - Pensada na esfera sul-americana; - Projeção em torno da integração política; - Proposta de criação da Unasul; - Interesse na concertação política e criação da identidade regional; - Mercosul para assuntos comerciais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pensada na esfera latino-americana; - México como ator central para contrabalancear o protagonismo do Brasil; - Vista como um instrumento de projeção internacional argentina; - Prioridade para assuntos econômicos e comerciais; - Voltada para o fortalecimento, aprofundamento e alargamento do Mercosul; - Tentativa de manter uma co-liderança com o Brasil para assuntos regionais.

Fonte: Elaboração própria, fundamentada nos resultados encontrados no decorrer da pesquisa.

6. Conclusão

Como pôde ser observada, a trajetória da relação bilateral Brasil-Argentina é de longa data. Momentos prósperos e de muita convergência são vistos, assim como períodos de hostilidade e desentendimentos. O fato é que os vizinhos sul-americanos possuem um papel relevante para a região e que suas ações, por mais simples que sejam, provocam consequências.

A política externa brasileira e sua atuação regional durante o período estudado comprovam a importância que o Brasil possuía no mundo e, principalmente, na América do Sul. Atuando de forma ativa e altiva, Lula da Silva conseguiu implementar seu projeto político para a região, a Unasul, apesar de enfrentar alguns empecilhos durante o processo de criação. Firmando um compromisso frente aos seus vizinhos, o governo brasileiro conseguiu influenciar e convergir os interesses sul-americanos em uma instituição.

A resistência argentina - mesmo não passando de atitudes pouco expressivas - ao projeto de instituição política brasileira não teve força para se sustentar, afinal, o país fez parte da CASA e, logo, da Unasul. Com uma política externa voltada para promover o desenvolvimento econômico do país e auxiliar na resolução da dívida externa, a Argentina entendia que o melhor caminho para alcançar seus objetivos estavam no escopo do Mercosul.

No entanto, acredita-se, que a assinatura e, portanto, a adesão da Argentina à Unasul se deu por alguns motivos. Primeiramente, o contexto econômico da Argentina não permitia com que o país atuasse de forma unilateral na região, no sentido de que não possuía forças suficientes para barganhar fora do bloco, ou melhor, sem o apoio brasileiro. Em segundo lugar, o protagonismo da diplomacia brasileira não tinha como foco estabelecer um padrão de ordem na América do Sul. Ao contrário disso, o Brasil pretendia uniformizar os interesses e atuações dos países sul-americanos em prol de criar uma estabilidade na região e, assim, terem poder de barganha frente a outros blocos e instâncias internacionais, pois “ter uma voz “comum” nos foros e organismos internacionais, que surja de um processo de integração regional, é um recurso de poder dos Estados periféricos.” (GRANATO; ALLENDE, 2013, p.144-145). Outro fator é que o Brasil já não se via mais tão dependente do apoio argentino, visto que o governo brasileiro, por meio da autonomia pela diversificação, conseguiu expandir suas relações e estreitar laços além da região. Isso não era tão bem “visto” e aceito pela Argentina, já que ela foi por muito tempo a prioridade de aliança bilateral do Brasil (MIRANDA, 2009).

Ademais, participar de uma instituição com todos os países sul-americanos era uma boa oportunidade para reinserir - ativamente - a Argentina no cenário internacional. Atuando em conformidade e possuindo o apoio de seus vizinhos, o governo argentino reconquistava, aos poucos, seu prestígio que fora perdido durante a crise de 2001. Associado a isso, a Unasul - junto ao Mercosul - eram ferramentas de condução de políticas externas autonomistas vindas de seus Estados-membros, dado que suas ações estavam, de certa forma, mais asseguradas, respaldadas e fortalecidas (MIRANDA, 2015).

Além disso, dada a crise financeira de 2008, os países periféricos e, nesse caso, os sul-americanos, deveriam se unir e fortalecer a região para amenizar, ou melhor, absorver os impactos vindos do cenário externo. Sabendo que as economias baseadas em commodities são muito voláteis, essa era uma forma de contrabalancear as consequências de uma economia internacional instável. Logo, a Argentina não poderia se dar ao luxo de permanecer fora das propostas sul-americanas e pôr em risco a estabilidade (política e econômica) recém-conquistada.

7. Bibliografia

ABRI. **A política externa Argentina (PEA) durante os governos justicialistas (Menem, Duhalde e Kirchner) e as relações com o Brasil**. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. Proceedings online... Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais - USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000300052&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, Junho 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de março de 2019.

AMORIM, Celso; FELDMAN, Luiz. **O Brasil em um ciclo maior: a atualidade do Barão de Rio Branco**. Em Barão do Rio Branco: 100 anos de memória. Brasília: FUNAG, 2012.

BERNAL-MEZA, Raúl. **La Crisis Argentina: Su Impacto en las Relaciones Bilaterales Argentino-Brasileñas y sobre el MERCOSUR**. 2002. Disponível em: <www.revistas.usp.br/prolam/article/view/83042/86087>. Acesso em: 22 de Mar. 2019.

BETHELL, Leslie. **O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica**. *Est. Hist., Rio de Janeiro*, vol. 22, n. 44, p. 289-321, julho-dezembro de 2009.

BIELSA, Rafael. **Desde el Sur** (Conversaciones con Hernán Gómez Bruera). Buenos Aires: Altamira, 2005.

CANDEAS, Alessandro W. **Relações Brasil-Argentina**: uma análise dos avanços e recuos. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 48, n. 1, p. 178-213, Junho 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a07.pdf>>. Acesso em 23 Mar. 2019.

CANDEAS, Alessandro W. **A integração Brasil-Argentina**: história de uma ideia na “visão do outro” / Alessandro Candéas. – Brasília : FUNAG, 2010. 324p. : il.

CASA ROSADA. 2003. **Discurso del señor Presidente de la Nación doctor Néstor Kirchner, ante la honorable Asamblea Legislativa**. Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/24414-blank-18980869>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CASA ROSADA. 2005. **Palabras del señor Presidente Néstor Kirchner en ocasión de la Cumbre América del Sur-Países Árabes** (contenido económico-comercial). Disponível em: <<https://www.caserosada.gob.ar/informacion/archivo/24717-blank-90070671>>. Acesso em 24 abr. 2019.

CEPIK, Marco; SILVA, Natasha Pergher. **A Política de Integração Regional da Argentina na Era Kirchner**. Conjuntura Austral, v. 03, p. 15-30, Dez. 2011.

CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. v. 1. 526p.

Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). **Declaración del Cusco**: sobre la Comunidad Sudamericana de Naciones. Cusco, 2004. Disponível em: <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2010/09/T023600002340-0-Declaracion_del_Cusco_-_III_Cumbre_Presidencial_Sudamericana_-_8_de_diciembre_de_2004.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). **I Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2010/09/T023600002368-0-Declaracion_Presidencial_y_Agenda_Prioritaria_-_Comunidad_Sudamericana_de_Naciones.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). **II Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones**. Cochabamba, 2006. Disponível em: <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2010/09/T023600004327-0-Declaracion_de_Cochabamba_Colocando_la_Piedra_Fundamental_para_una_Union_Sudamericana,_2006.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2019.

CREUS, Nicolás. **La política exterior del gobierno de Néstor Kirchner**: dilemas y contradicciones a la hora de pensar el poder de clave internacional. 2010. Disponível em: <www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/IRI%20COMPLETO%20-%20Publicaciones-V05/Publicaciones/cd%20V%20congreso/ponencias/0%20Creus_La%20pol%EDtica%20exterior%20del%20gobierno.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.

GRANATO, L.; ALLENDE, R. A. . **A política externa dos governos kirchneristas (2003-2011): do modelo próprio ao MERCOSUL**. Século XXI : revista de relações internacionais / Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio Grande do Sul., v. 4, p. 134-158, 2013.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os militares na política externa brasileira: 1964-1984**. *Estudos Históricos* vol.6 n.12. Rio de Janeiro, 1993. p.211-246.

HIRST, Mónica. **A política externa do segundo governo Vargas**. In: J. A. Guilhon de Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. p. 211-230.

LAMPREIA, Luiz Felipe. (1999), **Diplomacia brasileira**. Rio de Janeiro, Lacerda Editora.

LA NACIÓN. **Cambio es el nombre del futuro**. 2003. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/politica/cambio-es-el-nombre-del-futuro-nid499003>>. Acesso em: 15 maio 2019.

MIRANDA, Roberto. **Corolário de Brasil: la Argentina sin poder en el nuevo tablero regional**. 2009. Disponível em: <www.iri.edu.ar/revistas/revista_dvd/revistas/cd%20revista%2037/papel/ri%2037%20miranda.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2019.

MIRANDA, Roberto. **EFECTO DE VECINO: EL PODER DE BRASIL SOBRE EL REGIONALISMO DE ARGENTINA** *Invenio*, vol. 18, núm. 34, junio, 2015, pp. 35-50 Universidad del Centro Educativo Latinoamericano Rosario, Argentina. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87739279004>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Do alinhamento ao pragmatismo: militares e política externa**. Disponível em: <sumario-periodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1876/161>. Acesso em: 27 de março de 2019.

MOURA, Gerson. **A Segurança Coletiva Continental: o Sistema Interamericano, o TIAR e a Guerra Fria**. In: J. A. Guilhon de Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, 1996. p. 189-210.

NOLTE, Detlef; COMINI, Nicolás Matías. **UNASUR: Regional Pluralism as a Strategic Outcome**. *Contexto int.* vol.38. n°2. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010285292016000200545&lng=en&nrm=iso/>. Acesso em: 16 de maio de 2019.

Organização de Estados Iberoamericanos. **Comunicado de Brasília: I Reunión de Presidentes de América del Sur**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://walk.sela.org/attach/258/EDOCS/SRed/2010/09/T023600002377-0-Comunicado_de_Brasilia_-_Reunion_de_Presidentes_de_America_del_Sur_-_31_de_agosto_al_1_de_septiembre_de_2000.pdf>. Acesso: 29 abr. 2019.

Presidência da República. **30-09-2005-Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (Casa)**. Set. 2005. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/30-09-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-primeira-reuniao-de-chefes-de-estado-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)**. Dez. 2006. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2006/08-12-2006-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-abertura-da-ii-reuniao-de-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-paises-da-comunidade-sul-americana-de-nacoes-casa/view>>. Acesso em: 01 abr. 2019.

Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião extraordinária de chefes de Estado e de Governo da União Sul-Americana de Nações - Unasul**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/2o-mandato/2008/23-05-2008-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-durante-a-reuniao-extraordinario-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-uniao-sul-americana-de-nacoes-unasul/view>>. Acesso em 01 abr. 2019.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. **Uma análise da política externa do governo Lula da Silva**. Revista debates (UFRGS), v. 4, p. 60-80, 2010.

SANAHUJA, José António. 2012. **Regionalismo post-liberal y multilateralismo en sudamérica**: El caso de UNASUR. Anuário de la integración regional de América Latina y el grand Caribe, 09:19-72.

SARAIVA, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. **Argentina e Brasil**: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 44, n. 2, p. 126-150, Dec. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 Mar. 2019.

SARAIVA, Miriam Gomes. **Encontros e desencontros**: perspectivas de uma parceria estratégica. In: Antonio Carlos Lessa; Henrique Altemani de Oliveira. (Org.). Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais. 1ed.: Belo Horizonte, 2013, v. 1, p. 219-237.

SILVA, Fabrício Pereira. 2010. **Até onde vai a “Onda Rosa”?**. Análise de Conjuntura, 02: 02-19.

SIMONOFF, Alejandro. **Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner**. CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política [en línea] 2009, 5 (Agosto-Diciembre). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63311911005>> ISSN 1870-3569>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SPEKTOR, M. **O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração**: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*. p.117-145. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a05v45n1.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. *Tempo Social*, 2003, vol.15, n.2, pp.31-61, 2003.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa de Lula da Silva**: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 27 de abril de 2019.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002, 117 p.